



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

LEI Nº 20.676, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

[- Vide Decreto nº 9.937, de 31-08-2021 - Regulamento](#)

Altera a Lei nº [13.246/98](#), que dispõe sobre matéria tributária.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da [Constituição Estadual](#), decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

modificações: Art. 1º A alínea “a” do inciso II do art. 3º da [Lei nº 13.246](#), de 13 de janeiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 3º

a) o valor do benefício tem como limite máximo o valor correspondente à aplicação dos percentuais a seguir sobre o saldo devedor do valor do ICMS que seria obtido, caso a responsabilidade pelo imposto nas operações com álcool anidro fosse do industrial referido neste inciso:

1. no período de 1º de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, 50% (cinquenta por cento);
2. no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, 55% (cinquenta e cinco por cento);
3. a partir de janeiro de 2022, 60% (sessenta por cento);

.....” (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 4º do art. 3º da [Lei nº 13.246](#), de 13 de janeiro de 1998.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação:

- I – ao art. 1º, a partir de 1º de junho de 2020;
- II – ao art. 2º, a partir de 1º de abril de 2020.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 26 de dezembro de 2019, 131º da República.

RONALDO RAMOS CAIADO

(D.O. de 27-12-2019)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 27-12-2019.

Autor	DEP. HUMBERTO AIDAR
Nº do Projeto de Lei	2019004782
Órgão Relacionado	Secretaria de Estado da Economia
Categoria	Tributária